Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

1 Contexto operacional

A *Unimed Anhanguera* Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), sediada em Araras SP, contava com 210 e 205 cooperados no fim de 2023 e de 2022, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, notadamente em relação ao exercício de suas atividades ligadas ao atendimento de beneficiários originários dos contratos firmados pela Cooperativa na condição de mandatária de seus associados, para a sua defesa econômica-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com duas unidades hospitalares localizados em Araras SP e Leme SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários.

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS sob o nº 348082.

As operadoras de planos de saúde estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela ANS: RN nº 569/2022, RN 521/2022, RN 574/2023 e alterações vigentes:

A. Patrimônio líquido ajustado - PLA

Patrimônio Líquido, apurado nas demonstrações financeiras da operadora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela RN 569/2022, a saber:

I - dedução das participações diretas ou indiretas em outras operadoras de planos de assistência à saúde e em entidades financeiras, de seguros, resseguros e de previdência privada aberta ou fechada sujeitas à supervisão de outros órgãos federais de supervisão econômica setorial;

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

II -dedução dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social;

III -dedução das despesas diferidas;

IV -dedução das despesas antecipadas;

V -dedução do ativo não circulante intangível; e

VI -dedução do valor de *goodwill* das participações diretas ou indiretas não contempladas no inciso I do artigo 7º.A Cooperativa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

A Cooperativa deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório. Em 31 de dezembro de 2023 o PLA da Cooperativa era de R\$ 51.119.784 (R\$ 49.466.009 em 2022).

B. Capital base - CB

O CB deve ser calculado a partir da multiplicação do fator 'K' pelo capital de referência que é atualizado anualmente, tendo como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 31 de dezembro de 2023 o capital de referência divulgado pela ANS foi de R\$ 11.226.993 (R\$ 10.883.087 em 2022).

O fator "K" vigente em dezembro de 2023 corresponde a 4,76 %, de modo que o Capital base da Cooperativa é de R\$ 534.405 (R\$ 518.035 em 2022).

C. Capital baseado em risco

A RN nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da operadora é R\$ 26.351.582.

D. Capital regulatório

O capital regulatório a ser observado pelas operadoras será o maior entre os seguintes valores:

- I Capital base; ou
- II Capital baseado em riscos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

O capital regulatório da Cooperativa é suficiente em R\$ 24.768.202 conforme demonstrado a seguir:

	vaiores
Necessidade de capital regulatório	26.351.582
Patrimônio líquido ajustado	51.119.784
Suficiência	24.768.202

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pela Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pelos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS.

As demonstrações financeiras do exercício de 2023 e de 2022, de forma comparativa, estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa – sendo a última, RN/ANS nº 528 de 29 de abril de 2022, como também parcialmente aos aspectos relacionados às leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, referidas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 8 de março de 2024, diante disso, não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a aprovação das demonstrações financeiras que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2023 e 2022.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2023 são:

- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionado e não relacionado com o plano de saúde da operadora e dos títulos a receber notas explicativas 6 e 7;
- (ii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado nota explicativa 12;

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

- (iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível nota explicativa 13;
- (iv) Provisão para remissão, eventos ocorridos e não avisados PEONA e Ressarcimento ao SUS nota explicativa 14; e
- (v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos nota explicativa 19.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa - disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN/ANS nº 521/2022. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

4.2 Ativos financeiros

4.2.1 Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível; aplicações financeiras; créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com planos de saúde da operadora; e bens e títulos a receber.

4.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2.3 Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros, inicialmente, na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis; débitos de operações de assistência à saúde; e débitos diversos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (*impairment*) estão determinados por meio de Resolução Normativa da ANS, conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 528/2022, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- Nos planos individuais com preço preestabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado".

O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de serviços próprios: Hospital.

4.6 Investimentos

Representados, basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de instalações hospitalares e administrativas, máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	Vida útil
	estimada
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos
Outras imobilizações	10 anos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis - software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e, quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil, é registrada a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 569/2022 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 574/2023 e RN nº 528/2022 e suas alterações vigentes.

(i) Provisão de Prêmios ou Contraprestações Não Ganhas - PPCNG

É constituída conforme prevista na RN/ANS nº 528/2022 e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por resolução normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(iii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe, também, que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN/ANS nº 574/2023.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

(v) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS - PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), realizados pelos beneficiários da operadora, que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

(vi) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Refere-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidas pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advindas de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde a beneficiários do próprio plano de saúde.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido das instituições financeiras, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, eles estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.13 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido, conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.14 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando, provavelmente, sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.15 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

4.17 Ingresso operacional

4.17.1 Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre no recebimento das respectivas contas e por meio da constituição de provisão como referido na nota 14.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.17.2 Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado por meio do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.18 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Calculados com base no lucro real tributável, conforme determinações da Secretaria da Receita Federal: as operações consideradas não cooperadas; e as alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento desses tributos. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre a reserva de reavaliação. Sua realização ocorre pela baixa e depreciação dos bens reavaliados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2023	2022
Garantidoras de provisões técnicas		
XP ANS Tesouro Soberano FIRF/Fim CP	5.224.411	4.767.032
Santander FI ANS II Renda Fixa Créd. Priv.	5.537.066	6.742.926
	10.761.477	11.509.958
Livres		
CDB DI RF	3.174.800	6.074.543
CDI Flex	12.033.026	13.313.718
Cota de Fundos de Investimentos	3.915.150	-
Títulos de renda fixa - públicos	2.291.871	3.315.845
	21.414.847	22.704.106
	32.176.324	34.214.064

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas, substancialmente, por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 521 de 29 de abril de 2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2023	2022
Contraprestações pecuniárias	1.668.179	1.600.678
Taxa Adm. Plano Assist. Med Hosp. a Emitir	71.241	46.152
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(334.129)	(398.767)
	1.405.291	1.248.063
Coparticipação de beneficiários a receber	629.722	583.253
Partic. beneficiário evento/sinistros indenizados	1.001.860	763.485
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC (i)	(64.615)	(72.661)
	1.566.967	1.274.077
Operadoras de planos de assistência à saúde	4.170.178	2.296.840
Outros créditos de oper.de assist. Med-hop	788.470	558.031
	7.930.906	5.377.011

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

(i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhados no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2023	2022
Clientes a efetivar (i)	338.471	3.982.742
Medicina ocupacional	64.155	60.024
Procedimentos médicos não cobertos a receber	3.466.425	2.426.218
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(1.114.009)	(693.677)
	2.755.042	5.775.307
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (ii)	1.231.704	3.262.017
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	(15.815)	(74.989)
	1.215.889	3.187.028
	3.970.931	8.962.335

- (i) Refere-se ao valor a faturar para outras Unimeds (intercâmbio) em Custo Operacional (CO) cujo serviço foi prestado pela rede própria da Unimed Anhanguera e não por seus credenciados. Esse faturamento será efetivado no mês subsequente ao mês da competência e foi registrado antecipadamente nas demonstrações financeiras pela competência do custo relativo a ele.
- (ii) Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (iii) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

8 Créditos tributários e previdenciários

2023	2022
824.991	1.091.403
50.391	47.247
228.563	195.031
1.033.347	878.628
73.009	22.365
4.872	4.864
2.215.173	2.239.538
	50.391 228.563 1.033.347 73.009 4.872

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

9 Bens e títulos a receber

	2023	2022
Estoques (i)	7.966.269	10.007.685
Títulos a receber	16.027	188.167
Adiantamentos (ii)	5.244.057	4.789.524
	13.226.353	14.985.376

- (i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização nos hospitais da Unimed Anhanguera e medicamentos quimioterápicos para uso em beneficiários/ pacientes amparados por decisão judicial.
- (ii) Composto basicamente por adiantamento de produção a cooperados.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2023	2022
Tributários (i)	551.407	279.719
Taxa de saúde suplementar (ii)	48.915	48.915
Eventos e sinistros	4.293	4.293
I.S.C.M. Leme	2.199	-
Ressarcimento SUS	293.929	-
Ações Cíveis	331.125	1.145.219
Bancários	312.002	312.002
Ações Trabalhistas	84.767	88.714
	1.628.637	1.878.862

- (i) Os valores foram depositados em juízo para fazer frente as notificações de cobrança da Taxa de Saúde Suplementar expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Cooperativa mantém provisão para contingência conforme nota 19.
- (ii) Existem demandas de natureza tributária, cível e trabalhista, conforme nota 19, para as quais foram efetuados depósitos judiciais recursais.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

11 Investimentos

	1º/1/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Participação societárias - operadora de planos de assistência à saúde							
Federação das Unimed do Estado de São Paulo - FESP	3.066.543	256.924	-	3.323.467	-	-	3.323.467
Unimed Centro Paulista – Federação Intra - Federativa	805.573	-	-	805.573	-	-	805.573
Central Nacional Unimed	462.854	-	-	462.854	38.432	-	501.286
Outros investimentos							
Unicred Araras	96.079	7.334	-	103.413	12.044	(11.404)	104.053
Sicoob Credi fácil	12.957	1.669	-	14.626	2.076	` -	16.702
Sicred	948.387	-	(948.387)	-	-	-	_
Sicoob Unicentro Brasileira Sede	322.457	63.357	· _	385.814	126.858	_	512.672
Unicred do Est SP	4.859	4.511	-	9.370	-	_	9.370
Sicoob Unicentro Brasileira HUA	1.130	3.697	-	4.827	4.503	_	9.330
Sicoob Uni mais Mantiqueira	5.457	5.762	-	11.219	2.738	-	13.957
Sicoob Unicentro Brasileira HUL	-	300	-	300	854	-	1.154
Sicredi 226302	414	-	(414)	-	-	-	-
Sicredi 826631	71	-	(71)	-	-	-	-
Sicoob Mantiqueira HUL 158429	529	1.838	-	2.367	1.583	-	3.950
Debêntures	53.500			53.500	<u> </u>	<u> </u>	53.500
	5.780.810	345.392	(948.872)	5.177.330	189.088	(11.404)	5.355.014

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

12 Imobilizado

	1º/1/2022	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Custo + reavaliação								
Terrenos	1.172.472	-	-	1.172.472	-	-	-	1.172.472
Edificações	34.559.525	-	-	34.559.525	-	-	6.399.225	40.958.750
Instalações	2.481.571	403.283	-	2.884.854	316.572	-	-	3.201.426
Máquinas e equipamentos	17.432.650	1.158.451	-	18.591.101	5.070.203	-	-	23.661.304
Computadores e periféricos	4.787.798	374.066	(1.456)	5.160.408	423.476	-	-	5.583.884
Móveis e utensílios	3.010.666	355.688	(38.782)	3.327.572	247.055	-	-	3.574.627
Veículos	496.495	-	(90.090)	406.405	265.000	(67.793)	-	603.612
Imobilizações em curso	4.352.672	1.975.793	-	6.328.465	3.049.104	-	(6.399.225)	2.978.344
Outras imobilizações	372.951	-	-	372.951	-	-	· -	372.951
-	68.666.800	4.267.281	(130.328)	72.803.753	9.371.410	(67.793)	-	82.107.370
Depreciação acumulada								
Edificações	(8.966.175)	(966.602)	-	(9.932.777)	(980.816)	-	-	(10.913.593)
Instalações	(1.963.697)	(109.257)	-	(2.072.954)	(133.290)	-	-	(2.206.244)
Máquinas e equipamentos	(11.083.029)	(1.133.849)	-	(12.216.878)	(1.226.411)	-	-	(13.443.289)
Computadores e periféricos	(3.814.610)	(358.400)	1.456	(4.171.554)	(390.930)	-	-	(4.562.484)
Móveis e utensílios	(2.124.161)	(178.665)	28.450	(2.274.376)	(185.157)	-	-	(2.459.533)
Veículos	(473.898)	(12.428)	88.961	(397.365)	(10.512)	64.849	-	(343.028)
Outras imobilizações	(369.706)	(1.824)	-	(371.530)	(70)	-	-	(371.600)
-	(28.795.276)	(2.761.025)	118.867	(31.437.434)	(2.927.186)	64.849	-	(34.299.771)
	39.871.524	1.506.256	(11.461)	41.366.319	6.444.224	(2.944)		47.807.599

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2023 e de 2022, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

13 Intangível

	1º/1/2022	Adições	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Software e aplicativos	7.934.091	1.427.917	9.362.008	1.272.417	10.634.425
(-) Amortização acumulada	(5.153.942)	(1.051.759)	(6.205.701)	(1.271.551)	(7.477.252)
	2.780.149	376.158	3.156.307	866	3.157.173

14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

			2023			2022
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Provisões de contraprestações		_				
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG	2.961.188	-	2.961.188	2.670.901	-	2.670.901
Provisão para remissão	472.054	807.769	1.279.823	465.240	891.530	1.356.770
	3.433.242	807.769	4.241.011	3.136.141	891.530	4.027.671
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		_				
Provisão eventos a liquidar para o SUS – GRU	1.201.067	-	1.201.067	891.722	-	891.722
Provisão eventos a liquidar SUS – parcelamento	354.479	498.425	852.904	339.403	680.040	1.019.443
Provisão eventos a liquidar para o SUS – ABI	122.436		122.436	175.179		175.179
	1.677.982	498.425	2.176.407	1.406.304	680.040	2.086.344
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar		_				
Cooperados	2.338.908	-	2.338.908	2.507.477	-	2.507.477
Serviços credenciados	3.038.933	-	3.038.933	2.447.253	-	2.447.253
Intercambio Eventual - Rn 322	1.763.226	-	1.763.226	1.917.325	-	1.917.325
Unimed Diversas - Interc. Habitual	114.169	-	114.169	-	-	-
Rede Própria	188.320	<u> </u>	188.320	131.438		131.438
	7.443.556	<u>-</u>	7.443.556	7.003.493		7.003.493
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA						
PEONA outros prestadores	2.575.720	-	2.575.720	3.214.306	-	3.214.306
PEONA SUS	136.558		136.558	86.266		86.266
	2.712.278	-	2.712.278	3.300.572		3.300.572
	15.267.058	1.306.194	16.573.252	14.846.510	1.571.570	16.418.080

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por fundos e certificados de depósitos bancários, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

15 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com plano de saúde da operadora

	2023	2022
Médicos cooperados	1.185.330	1.016.540
Hospitais	173.799	184.075
Clínicas	51.819	48.847
Laboratórios	6.126	9.547
Radiologia	29.627	20.639
Outros prestadores a pagar	483.527	433.129
	1.930.228	1.712.777

16 Tributos e encargos sociais a recolher

			2023			2022
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
IRPJ e CSLL	176.160	_	176.160	158.951	_	158.951
INSS	1.091.649	-	1.091.649	938.669	-	938.669
FGTS	378.448	-	378.448	329.231	-	329.231
PIS/ COFINS a recolher	127.378	-	127.378	209.014	-	209.014
IRRF	3.596.688	-	3.596.688	3.682.833	-	3.682.833
PIS/COFINS/CSLL retidos	221.295	-	221.295	221.002	-	221.002
ISS	225.150	-	225.150	187.679	-	187.679
INSS retido	299.489	-	299.489	263.553	-	263.553
INSS – parcelamento (i)	149.294	758.911	908.205	136.325	829.313	965.638
Outros impostos	31.116		31.116	16.349		16.349
	6.296.667	758.911	7.055.578	6.143.606	829.313	6.972.919

(i) A Cooperativa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária relativo ao processo com o INSS. O parcelamento foi realizado considerando os benefícios da Lei e no prazo de 148 meses. Até dezembro de 2023 foram pagas 75 parcelas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

17 Empréstimos e financiamentos

					2023			2022
				Não			Não	
Modalidade	Taxas	Vencimento	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Capital de giro (i)	137,99% do CDI	jun/32	1.370.001	10.617.500	11.987.501	6.785.001	9.247.500	16.032.501
Leasing (ii)	19,35% a.a.	dez/28	585.914	2.077.574	2.663.488	50.865		50.865
			1.955.915	12.695.074	14.650.989	6.835.866	9.247.500	16.083.366

As garantias são alienação fiduciária e aval dos diretores da Cooperativa.

- (i) Composto substancialmente pelo capital de giro para aquisição do prédio do Hospital Leme. A garantia é hipoteca de primeiro grau, sem concorrência de terceiros.
- (ii) Captação de recursos para aquisição de bens.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

18 Débitos diversos

			2023			2022
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Obrigações com pessoal	5.380.421	-	5.380.421	4.799.863	_	4.799.863
Fornecedores	7.845.207	62.594	7.907.801	6.294.964	110.973	6.405.937
Depósitos de beneficiários	325.355	-	325.355	904.476	-	904.476
Outros débitos a pagar (i)	2.288.900	867.997	3.156.897	1.997.862	1.039.586	3.037.448
	15.839.883	930.591	16.770.474	13.997.165	1.150.559	15.147.724

⁽i) Composto substancialmente por acordos judiciais.

19 Provisões para ações judiciais

Encontram-se em questionamento as ações na área cível, trabalhista e tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões judiciais estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Tributárias (i)	957.573	893.913
Cíveis (ii)	1.145.699	2.239.685
Trabalhistas (ii)	1.273.953	379.851
	3.377.225	3.513.449

- (i) **Tributárias:** representado por provisões constituídas conservadoramente sobre as contingências tributárias relacionadas a impostos e contribuições federais incidentes sobre as operações da Cooperativa, a saber, PIS e COFINS, cuja exigibilidade está sendo questionada judicialmente pelos assessores jurídicos. Os valores correspondem a períodos não lançados e não prescritos atualizados pelos encargos referentes a multas e juros de 2009 a 2018.
- (ii) Cíveis e trabalhistas: constituídas para fazer face a eventuais perdas em ações que estão sendo discutidas judicialmente. A Administração da Cooperativa, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que são suficientes as estimativas calculadas quanto ao desfecho dos processos. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos.

As provisões para contingências constituídas estão parcialmente garantidas por depósitos judiciais, conforme nota explicativa 10.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações cíveis, trabalhistas e ANS no montante de R\$ 11.154.041 (R\$ 8.210.775 em 2022), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2023 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O Capital social é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140, da Lei n° 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023 é de 210 (205 em 2022). De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b. Reservas legais e estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades:
- 5% das sobras de atos cooperados e 100% do lucro em operações com não cooperados são destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, cuja finalidade é a prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;

outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia
Geral.

c. Reserva para riscos

A Reserva para riscos regulatórios, sinistralidade e intercâmbio foi constituída de acordo com as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, destinada a cobertura de riscos, sinistralidade e despesas de intercâmbio.

d. Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Por decisão do Conselho de Administração e "Ad-referendum da AGO", o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação da legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

As sobras a disposição da AGO apuradas em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguinte:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	4.299.740	8.313.535
Realização da reserva de reavaliação	34.837	33.563
Utilização da RATES	1.361.357	315.549
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal 10%	(429.974)	(831.354)
RATES 5%	(214.987)	(415.677)
Sobras à disposição da AGO	5.050.973	7.415.616

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

22 Despesas administrativas

	2023	2022
Pessoal e Diretoria	(14.717.112)	(13.159.140)
Serviços de terceiros	(2.570.329)	(2.345.596)
Localização e funcionamento	(3.821.121)	(3.242.627)
Publicidade e propaganda	(707.555)	(559.468)
Tributos	(118.901)	(55.103)
Multas administrativas ANS	-	(57.600)
Diversas (i)	(3.442.349)	_(2.183.704)
	(25.377.367)	(21.603.238)

(i) Composto substancialmente por: contribuição a associações de classe, confraternização, viagens e estadias, seguro de vida e despesas judiciais.

23 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.650.479	3.453.910
Juros por recebimentos em atraso	558.092	387.819
Juros sobre capital próprio	74.302	56.439
Atualização monetária	178.218	1.888.110
Descontos obtidos	57.147	23.436
Outras receitas	164.319	128.103
	3.682.557	5.937.817
Dispêndios financeiros		
Descontos concedidos	(151.100)	(133.381)
Juros e multa	(2.521.764)	(2.748.557)
Títulos não recebidos	(284.633)	(352.469)
Despesas bancárias	(442.850)	(401.783)
Outras despesas	(803.124)	(254.850)
	(4.203.471)	(3.891.040)
	(520.914)	2.046.777

24 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação e o resultado de atos não cooperados são tributados pelas alíquotas vigentes.

Resultado tributável de atos não cooperativos	1.576.050	2.408.368
Imposto de renda		
	(360.556)	(563.642)
Contribuição social - 9%	(141.844)	(216.753)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

25 Transações com partes relacionadas

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis, principalmente pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida uma reeleição, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 (um) ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros. A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista.

25.1 Fundo de Contingência Assistencial

No exercício de 2021 a Cooperativa passou a contribuir para o Fundo Contingência Assistencial para Unimed do Estado de São Paulo – Federação Estadual das Cooperativas Médicas (Unimed FESP) – CNPJ nº 43.643.139/0001-66, criado exclusivamente para o pagamento do medicamento de alto custo Zolgensma.

As contribuições para o fundo durante os exercícios de 2023 e de 2022 estão assim demonstradas:

		2023		2022
Período	Massa	Contribuição	Massa	Contribuição
Janeiro	42.423	11.939	41.905	46.095
Fevereiro	42.505	11.882	41.933	46.126
Março	42.487	11.872	42.227	46.450
Abril	42.680	11.898	42.206	46.427
Maio	42.764	11.889	42.254	46.479
Junho	43.040	11.946	41.757	45.933
Julho	42.975	11.964	42.646	46.911
Agosto	42.954	12.045	42.857	12.000
Setembro	43.029	12.025	43.457	12.168
Outubro	43.094	12.020	42.405	11.873
Novembro	42.642	12.044	42.943	12.024
Dezembro	42.885	12.074	43.006	12.042
Atualização		81.234		76.438
Baixa Utilização Fundo Acumulado		(77.327)		-
·		147.505		460.966

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

26.1 Avaliação dos instrumentos financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Aplicações financeiras, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência à Saúde e empréstimos e financiamentos a pagar aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

26.2 Fatores de risco

A. Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

		Valor contábil
	2023	2022
Disponível	2.452.044	444.718
Aplicações financeiras	32.176.324	34.214.064
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	7.930.906	5.377.011
Créditos de op. de assist. à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	3.970.931	8.962.335
Bens e títulos a receber (exceto estoque)	5.260.084	4.977.691
	51.790.289	53.975.819

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

B. Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Cooperativa honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2023 e em 2022 a Cooperativa apresenta capital circulante líquido de R\$ 20.401.707 e de R\$ 22.324.308 respectivamente.

A Cooperativa, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

C. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos nos seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento).

D. Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional; e
- padrões éticos e comerciais.

E. Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

F. Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Cooperativa no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

Unimed Anhanguera – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

G. Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de

ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços

de imóveis.

H. Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo

embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras,

regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive,

o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a Cooperativa particularmente

vulnerável a litígios.

27 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das

demonstrações contábeis em 8 de março de 2024, que pudessem afetar as informações divulgadas,

bem como a análise econômica e financeira.

28 Cobertura de seguro

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades,

cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer

face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem

parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram

examinadas pelos nossos auditores independentes.

Araras, 31 de dezembro de 2023.

Dr. Marcelo Torrente Silva

Dr. Hélio Maurício Anselmo de Andrade

Presidente

Diretor de Mercado e Finanças

Izabel Cristina Canassa

Contadora - C.R.C.:1SP296426/O-8